



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº

ACÓRDÃO



03200305

99

Vistos, relatados e discutidos estes autos de
Apelação nº 990.10.119811-8, da Comarca de São Paulo,
em que é apelante/apelado CLAUDIO DELGADO DE BARROS
(JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelado/apelante PORTO
SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

ACORDAM, em 28ª Câmara de Direito Privado do
Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte
decisão: "DERAM PROVIMENTO AO APELO DA RÉ E JULGARAM
PREJUDICADO O APELO DO AUTOR.V.U.", de conformidade
com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos
Desembargadores CESAR LACERDA (Presidente) e JÚLIO
VIDAL.

São Paulo, 14 de setembro de 2010.


CELSO PIMENTEL
RELATOR

Certo o decurso do triênio, contado da vigência do Código Civil de 2002, e consideradas a data da consolidação de lesão e a do conhecimento da invalidez pela vítima do acidente de trânsito, proclama-se a prescrição da demanda por indenização do seguro obrigatório.

Ambos os litigantes apelam da respeitável sentença que acolheu demanda de indenização de seguro obrigatório.

O autor, vítima de acidente de trânsito, quer que correção monetária e juros incidam desde a falta do pagamento administrativo e quer a elevação do percentual da honorária de sucumbência.

A ré, seguradora, insiste na prescrição trienal. Nega a obrigação e impugna a vinculação ao salário mínimo. Busca a inversão do resultado ou, de modo alternativo, a fixação do termo inicial da correção monetária no ajuizamento.

Vieram preparo de quem se exigia e respostas.

É o relatório.

No sistema do Código Civil de 1916, em vigor quando do acidente, a prescrição para o pedido de indenização de seguro obrigatório dava-se em vinte anos, pela ausência de regra específica.

A redução do prazo pelo Código Civil de 2002 (art. 205) conjuga-se com regra transitória, a de que são "os da lei anterior os prazos" pelo novo Código

reduzidos, se, quando de sua vigência, "já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada" (idem, art. 2.028).

Isto significa que, havendo redução e decurso de mais da metade do prazo antigo, a prescrição rege-se pelo Código anterior. Se houver redução, mas não decurso de mais da metade do prazo prescricional, a regência é do novo Código Civil.

A propósito, o tema constituiu objeto de estudo em 2003¹ e de precedente desta Câmara.²

No caso, entre o fato gerador, o acidente de fevereiro de 1999, com tratamento e alta em março de 1999, refletindo consolidação da lesão e conhecimento da invalidez permanente pela vítima, e a vigência do Código Civil de 2002, janeiro de 2003, decorreu tempo inferior a dez anos, menos da metade, pois, do lapso originário de vinte anos.

Em consequência, a hipótese rege-se pelo Código Civil de 2002, que prevê regra específica para o pedido de indenização de seguro obrigatório (Código Civil de 2002, artigo 206, § 3º, inciso IX - Superior Tribunal de Justiça, súmula 405), a desautorizar a incidência da regra geral (idem, artigo 205).

A demanda haveria, assim, de ter vindo até 11 de janeiro de 2006, três anos da vigência do


1 Cf. "Contribuições ao Estudo do Novo Direito Civil", obra coletiva organizada por Frederico A. Paschoal e José Fernando Simão, Millennium Editora, 2003, p. 11/28.

2 Cf., entre outros, Ap. 1.007.727-0/7, 28ª Câmara da Seção de Direito Privado, j. 3.10.2006, deste relator.

novo Código Civil. Veio em 24 de janeiro de 2007, quando era tarde, porque já se operara a prescrição, ora proclamada, com o decreto de improcedência.

Inverte-se o disposto sobre verbas de sucumbência, adotada a base do valor da causa e ressalvados os efeitos da gratuidade (Lei 1.060/50, art. 12).

Pelas razões expostas, dá-se provimento ao apelo da ré e julga-se prejudicado o apelo do autor.


Celso Pimentel
Relator